



Pró-Reitoria de Graduação

Curso de Pedagogia

**A PERCEPÇÃO DO PROFESSOR EM RELAÇÃO AOS
INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Autor: Marcella Bizerra Castro

Orientador: Simone Braz Ferreira Gontijo

Brasília

2011

MARCELLA BIZERRA CASTRO

**A PERCEPÇÃO DO PROFESSOR EM RELAÇÃO AOS INSTRUMENTOS DE
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM UTILIZADOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Artigo apresentado ao curso de graduação em
Pedagogia da Universidade Católica de Brasília,
como requisito parcial para a obtenção do Título de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Simone Braz Ferreira Gontijo

Brasília

2011



Artigo de autoria de Marcella Bizerra Castro, intitulado **A percepção do professor em relação aos instrumentos de avaliação da aprendizagem utilizados na Educação Inclusiva**, apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia da Universidade Católica de Brasília, em 07 de Novembro, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada.

Prof. MSc. Simone Braz Ferreira Gontijo

Orientadora

Prof. MSc. Tatiana da Silva Portella

Examinadora

Brasília

2011

A percepção do professor em relação aos instrumentos de avaliação da aprendizagem utilizados na Educação Inclusiva

Marcella Bizerra Castro

Resumo

Este trabalho teve como objetivo analisar a percepção do professor com relação à adequação dos instrumentos de avaliação das aprendizagens utilizados com estudantes com necessidades especiais. Para tanto, foi aplicado a professoras de turmas inclusivas de escola privada um questionário com questões abertas. Os resultados da pesquisa apontam que é a partir da avaliação que o professor deve orientar o trabalho a ser realizado. Desse modo, desde a preparação dos objetivos de ensino deve-se pensar o que será avaliado, uma vez que esta não deve ser considerada como uma formalidade ou uma exigência da instituição de ensino. Assim, valoriza-se uma avaliação comprometida com a transformação social, aplicada de forma contextualizada, utilizando instrumentos adequados capazes de identificar as dificuldades e avanços dos estudantes. Na educação inclusiva o professor necessita estar capacitado a atender e respeitar as necessidades do aluno tanto para promover a inserção desse na classe regular quanto para a aquisição de aprendizagens. Assim, a maioria das professoras entrevistadas superou a visão da avaliação tradicional promovendo uma avaliação processual e contínua utilizando instrumentos formais e informais. Pode-se inferir que as professoras acreditam que os instrumentos de avaliação da aprendizagem utilizados promovem a inclusão dos estudantes com necessidades especiais. Além disso, as professoras demonstraram ter consciência com relação à importância da formação continuada para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com estudantes com necessidades especiais.

Palavras-chave

Avaliação, Educação inclusiva, Instrumentos de avaliação

INTRODUÇÃO

Avaliação da aprendizagem tem sido uma questão bastante discutida, uma vez que esta é o reflexo da ação da prática pedagógica. Com isso, surgiram novas perspectivas cujo objetivo é favorecer o desenvolvimento do educando. A avaliação processual é uma perspectiva contemporânea. É preciso compreender a prática avaliativa não como uma atividade formal que acontece ao final do processo de ensino-aprendizagem, mas sim como instrumento para potencializar a aprendizagem do indivíduo constantemente, de maneira que o professor possa investigar as maiores dificuldades encontradas pelo aluno e intervir sobre elas. Para isso é preciso integrar a avaliação às demais categorias do processo pedagógico.

Assim, a prática docente vem se aperfeiçoando cada vez mais, se adequando à realidade da sua comunidade escolar. Atualmente podemos perceber que em nossas escolas é bastante frequente encontrar alunos com necessidades especiais, em função de transtornos de aprendizagem, problemas cognitivos e físicos, o que, de certa forma, retrata a complexidade de avaliar os alunos de acordo com suas potencialidades. Nesse sentido, questiona-se como os nossos docentes desenvolvem a avaliação com os estudantes com necessidades especiais? Qual é a percepção dos educadores frente aos instrumentos avaliativos que utilizam em relação a sua eficácia em acompanhar as aprendizagens dos estudantes?

O planejamento didático começa com a definição dos objetivos de ensino, passa pela definição de conteúdos e das metodologias, pela execução do que foi planejado e por fim, pela avaliação do estudante. Assim, o professor terá a percepção do que melhor atenderá as necessidades dos alunos. Por outro lado, o trabalho pedagógico pode ser organizado em dois eixos interligados: Objetivo/avaliação e conteúdo/método (FREITAS et al., 2009). Desse modo, a avaliação não será pensada ao final do processo, pois forma um par dialético com os objetivos. O ponto de partida é o que o educador pretende ensinar. Em seguida, o professor vai constatar o que deverá ser avaliado. Os conteúdos e o nível de domínio destes permitem criar situações em que o educando vai demonstrar seu desenvolvimento, ou seja, serão criadas situações para investigar o desenvolvimento do aluno. De tudo, não se pode esquecer é que a avaliação não deve ser colocada ao final do processo. Além disso, deve-se qualificar a questão da avaliação contínua, pois esta “tem a finalidade de orientar a inclusão e o acesso contínuo de todos a todos os conteúdos”. (FREITAS et al., 2009, p. 17). Para isso, é necessário que as práticas avaliativas considerem tanto a avaliação formal (instrumentos de avaliação explícitos que podem ser examinados pelos alunos como provas, trabalhos que se atribuem nota), quanto a informal (percepção do professor sobre o aluno, ou seja, juízos de valores que influenciam o resultado das avaliações finais que são construídos ao longo das interações diárias), (FREITAS et al., 2009).

Com a inserção de alunos com necessidades especiais em classes regulares, os educadores precisaram se preparar para o desafio de ensiná-los considerando o seu potencial de desenvolvimento. Para tanto, é importante também conhecer os instrumentos de avaliação das aprendizagens que possam investigar o avanço desses alunos, uma vez que ele terá acesso aos mesmos conteúdos, porém as metodologias serão diferenciadas.

Nesse sentido, atribui-se a importância de praticar a avaliação contínua e de se apropriar dos conceitos e práticas da avaliação formal e informal, pois o trabalho do educador deverá atender a todos os alunos da classe, sejam eles com necessidades especiais ou não.

Diferem-se os termos “deficiente” e “dificuldade de aprendizagem”. O deficiente tem a ausência, imperfeição ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. Alguns exemplos de deficiências são a ausência da audição (deficiência auditiva), ausência da visão (deficientes visuais), cadeirantes (deficientes físicos) e pessoas com níveis de QI baixo (deficiência mental). Já as

dificuldades de aprendizagem estão relacionadas o mau funcionamento do cérebro em receber e processar informações. As mais comuns são dilexia, disgrafia, discalculia, dislalia, disortografia e o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade).

De acordo com o documento Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2001), a Educação Especial destina-se aos estudantes que necessitam de educacionais especiais como dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento não vinculadas a uma causa orgânica específica e também, relacionadas a disfunções e deficiências, dificuldades de comunicação e sinalizações diferenciadas, como também, aos estudantes com altas habilidades/superdotação.

Com esse foco o presente artigo visa analisar a percepção do professor frente aos instrumentos de avaliação da aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais e, nesse sentido, propõem-se a identificar os instrumentos utilizados pelos professores para avaliar a aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais; verificar a adequação dos instrumentos de avaliação utilizados pelos professores a necessidade do estudante; identificar a percepção dos professores acerca da eficácia dos instrumentos de avaliação utilizados.

1. AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Ao falar de avaliação é comum associá-la a provas, notas, aprovação e reprovação, com uma conotação de “ameaça” e muitos alunos se sentem pressionados, mas a prática avaliativa é muito mais do que cumprir uma exigência do sistema educacional. Avaliar a aprendizagem é uma atividade que permite ao professor verificar o que o aluno conseguiu aprender de todo o conhecimento que lhe foi ensinado para que o educador possa refletir e buscar melhores caminhos para desenvolver as aprendizagens dos educandos. Hoffmann (2007) chama de isso de “tempo de reflexão”.

O tempo de reflexão é referente ao conjunto de idéias, sentimentos e possibilidades de ações futuras que afloram quando o professor pára e pensa sobre como os alunos estão se manifestando em relação às tarefas e situações de aprendizagem propostas (HOFFMANN, 2007, p. 45).

Portanto, a avaliação será entendida nesse trabalho como ato de refletir sobre resultados obtidos visando investigar, problematizar e buscar as melhores metodologias que desenvolvam cada vez mais a aprendizagem dos alunos, pois “a avaliação é a reflexão transformada em ação”. (HOFFMANN, 1996. P.18)

Toda a ação pressupõe uma intenção e “avaliação é o eco da ação” (BARLOW, 2006, p. 14). As metodologias de ensino e de avaliação deverão ser adequadas à realidade dos alunos. É refletindo sobre o trabalho realizado, a interação com os alunos e observando os avanços destes ao longo do ano que é possível obter um *feedback* mais preciso. Assim, deve-se avaliar o aluno

continuamente e não apenas no final do processo, pois a avaliação deve caminhar juntamente com os objetivos.

É interessante que o professor dê abertura aos alunos para que eles apresentem suas dúvidas, pois isso facilitará a elaboração de estratégias mais adequadas. Para isso, o educador não deve despertar sentimentos ameaçadores. A avaliação deve assumir um papel investigador, buscando interpretar as respostas dos alunos.

Uma prática avaliativa inadequada pode não indicar de forma fidedigna a aprendizagem do aluno e isso poderá gerar baixa autoestima e desmotivação levando ao fracasso escolar, isto é, a reprovação.

Segundo Hoffmann (1996), para uma educação libertadora, a avaliação não deve ser aplicada de maneira que represente verdades absolutas, mas sim investigar, problematizar e, principalmente, ampliar perspectivas. O sentido fundamental da ação avaliativa é o movimento ação-reflexão-ação.

Hoffmann (1996) propõe uma prática avaliativa comprometida com uma ação libertadora. Essa nova perspectiva também é defendida Luckesi (2002), pois para ele “avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva (p. 5)”. Já o ato de examinar torna o processo avaliativo classificatório e seletivo e, conseqüentemente, tende a excluir por não construir um bom resultado, pois este faz julgamentos de aprovação ou reprovação. Para Luckesi (2002), a diferenciação desses atos muitas vezes não são percebidos pelos professores em sua prática escolar cotidiana, pois praticam exames como se estivessem praticando avaliação.

Os educadores precisam assumir o compromisso de refletir constantemente sobre os resultados objetivando sempre o aperfeiçoamento. Ao identificar a dificuldade do aluno, o docente deve utilizar metodologias que potencializem o conhecimento do educando. É preciso tomar consciência de que metodologias avaliativas de tendência classificatória e seletiva nem sempre contribuirão para que se tenha uma prática avaliativa comprometida com a ação libertadora.

A avaliação formativa não visa a medir o conhecimento dos alunos. Esta pretende fazer acompanhar a aprendizagem do aluno continuamente. Sempre que se refere à avaliação formativa pode-se pensar em avaliação contínua. Considera-se avaliação formativa “toda prática de avaliação contínua que pretenda contribuir para melhorar as aprendizagens.” (PERRENOUD, 1999, p.78). Este tipo de avaliação ocorre durante todo o processo por meio da mediação entre o professor e seus alunos.

Assim, não se trata de aplicar vários testes ao longo de um tempo e corrigi-los apenas ao final, pois “é formativa toda avaliação que ajuda o aluno a aprender e a se desenvolver, ou melhor, que participa da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo” (PERRENOUD, 1999, p. 103). A avaliação formativa permite a identificação das

dificuldades de um aluno ou do grupo de alunos, propiciando ao educador reorganizar as estratégias do planejamento e utilizar metodologias mais específicas.

Segundo Hoffmann (1996) deve-se ter a ideia de erro construtivo. O diálogo entre o professor e o aluno possibilita ao docente repensar sobre a sua metodologia na elaboração de questões e na análise das respostas dos alunos, isto é, questionar-se e questionar.

Para Perrenoud (1999), na avaliação formativa deve-se romper com o esquema igualitarista. Não se deve dar a mesma “dose” de avaliação, ou seja, o educador observa e interpreta os conhecimentos de cada aluno e a partir deles obtêm um diagnóstico mais preciso. O autor faz uma comparação com o diagnóstico médico, “o importante não é administrar a todos os pacientes, os mesmos testes, as mesmas análises, o mesmo exame. É chegar a estabelecer um diagnóstico correto para cada um, a identificar uma patologia e, se possível, suas causas.” (p.123). Não existem receitas para construir conhecimento. Portanto, deve-se considerar a individualidade dos processos de aprendizagem dos educandos.

Outro tipo de avaliação é a chamada avaliação somativa. Segundo Barlow (2006), esta ocorre no final do processo e permite a classificação e julgamento de acordo com o nível de aprendizagem do aluno. Objetiva-se medir o resultado para determinar o sucesso ou o fracasso. A avaliação diagnóstica ocorre no início e durante o processo, pois pretende verificar as deficiências do aluno para atuar sobre suas necessidades e, posteriormente, constatar o desenvolvimento obtido pelo estudante considerando os caminhos que possibilitaram o aprendizado.

Conhecendo as três variações da avaliação o professor precisa definir “como avaliar”. Como a avaliação não termina na constatação dos resultados, o aluno deve aprender algo com a avaliação e, ainda, motivá-lo a aprender outras. Para Barlow (2006), definir um método é criar um mapa para a ação desejada. Os meios da avaliação têm função de comunicação. Deve-se ter conhecimento das ferramentas que podem ser utilizadas e a função de cada uma.

A escolha dos instrumentos avaliativos se inicia na elaboração do planejamento. Por isso, a avaliação não deve ser vista ao final do processo, pois ela caminha juntamente com outros elementos do planejamento didático.

Não perdendo de vista que a avaliação está a serviço da inclusão, os instrumentos avaliativos deverão possibilitar ao professor identificar dificuldades do estudante, os progressos da aprendizagem, interpretar resultados e, ainda, orientá-lo a utilizar metodologias mais direcionadas.

Segundo Hoffmann (2006) é interessante que o professor leve o aluno a pensar conduzindo-o a construir o conhecimento através de formulações e reformulações de hipóteses, tornando os alunos seres críticos e participativos, inseridos num contexto social e político por meio de avaliação dialógica e interativa, saindo de um modelo tradicionalista.

Alguns exemplos de instrumentos avaliativos que atenderão a essa proposta são os debates, as redações e questionários. Para uma avaliação formativa o educador pode formular questões como “O que você acha de...?”, “O que você entende de...?”, cabendo assim uma concepção de teste.

Hoffmann (2006) aponta como um equívoco o teste ser entendido como instrumento de constatação e mensuração e não de investigação. E questiona o que se entende por teste. O teste é uma forma de investigação de onde ainda pode estar havendo falha de aprendizagem. A autora critica a aplicação de testes com intuito de medir o conhecimento do aluno, novamente atribuindo valores numéricos para constatar resultados. Para ela, o teste é fundamentalmente um instrumento de questionamento sobre as percepções de mundo, avanços ou impressões dos alunos que exige do professor, interpretação - por que o aluno respondeu dessa forma? - dentre outros questionamentos. E essa falha em atribuir pontuação aos testes pode comprometer a aprovação ou reprovação dos alunos. O teste seria uma capacitação para a prova que, “em geral visa apenas à aptidão de rememorar elementos do saber” (BARLOW, 2006, p.135).

Uma possibilidade é utilizar questões para preencher lacunas e questões objetivas. As provas também podem variar em provas orais, escritas, com consulta ou em pequenos grupos, mas para isso, o professor precisa refletir sobre os objetivos da atividade avaliativa.

Outros exemplos de instrumentos avaliativos presentes no cotidiano escolar são as observações e registros diários ou ao final de uma etapa considerando o conteúdo e o que era esperado de acordo com o planejamento, a autoavaliação onde o aluno apresenta a percepção do seu desempenho e o portfólio.

Muitas são as ferramentas e cada uma tem a sua função, cabe ao professor refletir sobre o seu trabalho e adequá-las às necessidades dos educandos para que assim a aprendizagem do aluno seja satisfatória.

Vasconcellos (2003) aborda a questão do conteúdo e a forma de avaliá-lo, uma vez que este é abordado como foco da análise na aplicação de uma avaliação. Assim, o que está sendo ensinado tem de ser relevante para o aluno e isso deve acontecer de maneira adequada e refletida, pois a avaliação se dará de acordo com o que o professor julgar necessário aprender.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A escola atual exige a qualificação de professores para atender as necessidades educativas de todas as crianças sejam elas deficientes ou não, uma vez que, conforme o Art. 206, inciso I da Constituição Federal, é direito da criança a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. (BRASIL, 1988)

A Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 assegura a inclusão no sistema educacional da Educação Especial, como direito básico, conforme:

Art. 2º. Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

O poder público deve proporcionar às pessoas portadoras de deficiências, as condições mínimas de acessibilidade para que vivam em sociedade. Nas escolas, o espaço físico deve ser adequado, além disso, o governo deve investir em campanhas educativas para que se possa abolir a discriminação ou qualquer forma de preconceito.

Desse modo, competem às autoridades públicas, órgãos e entidades da administração direta e indireta viabilizar tratamento prioritário e adequado para diminuir as dificuldades que os portadores de deficiência enfrentam no seu dia-a-dia.

Assim, conforme a Lei Nº 7.853/89 compete à área da educação:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a um (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsa de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem ao sistema regular de ensino.

Portanto, algumas medidas já asseguradas em lei estabelecem ações que auxiliam a participação ativa de alunos portadores de deficiências de ensino público e privado. A Educação Inclusiva foi se tornando cada vez mais presente no sistema educacional de ensino. Logo, os profissionais tiveram que se capacitar para atender ao público dos portadores de deficiência. Para melhor acolhe-los, a escola deve oferecer programas educativos para que os alunos “normais” não discriminem os alunos que necessitam de um tratamento diferenciado. Com a inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas de ensino público, a rede privada também abriu espaço para esses alunos, mas a inclusão de alunos portadores de deficiência é menor do que na rede pública. Além disso, a lei garante educação em unidades hospitalares. Na rede pública a escola deve arcar com todas as despesas para que os alunos possam permanecer na instituição de ensino como também, ter os mesmos benefícios que os demais alunos.

Porém, não basta apenas ter conhecimento das leis que amparam os alunos com necessidades especiais. É preciso que os professores assumam o verdadeiro compromisso com a Educação Inclusiva, visando o desenvolvimento dos

alunos. A essência da educação inclusiva é oferecer educação de qualidade para todos. A partir do diagnóstico, o professor deve estruturar todo o trabalho pedagógico a ser desenvolvido com os alunos especiais. É preciso reconstruir currículos, fazer adaptações de metodologias e instrumentos avaliativos que sejam capazes de verificar a aprendizagem desses alunos apontando caminhos a serem seguidos para elevar o nível de aprendizagem. Para isso é importante que o educador invista em sua formação, e que essa formação seja de forma contínua. A ausência de formação especializada segundo Sant'Ana (2005), dificulta bastante a implantação dessa política inclusiva. Os cursos da área da educação deveriam envolver a teoria com a prática e assim, oferecer ao professor subsídios para trabalhar com os diferentes públicos de alunos sem causar insegurança. É preciso conhecer as diferenças humanas para praticar a inclusão.

A avaliação realizada com os alunos que tenham necessidades especiais é um elemento fundamental para a proposta inclusiva. A escolha dos instrumentos avaliativos deve ser feita de maneira que informe o desenvolvimento do aluno apontando novas estratégias para novas aprendizagens.

Na LDB, em seu artigo 59 está previsto que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender às suas necessidades;
- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis. (BRASIL, 1996)

Um aluno com necessidade especial precisa de um trabalho diferenciado que possibilite desenvolver a sua aprendizagem. Para isso, as metodologias, técnicas, recursos e organização do trabalho devem ser adequados ao contexto do aluno. Só assim, o educador poderá promover a inclusão. Sabe-se também que a inclusão educacional necessita do envolvimento de todos os membros da equipe escolar. Assim, não se pode atribuir total responsabilidade ao professor.

Sempre que se fala em educação inclusiva de alunos com necessidades especiais é comum associá-la as pessoas com deficiências. De acordo com o

documento das Diretrizes da Educação Especial, os estudantes com altas habilidades, também necessitam de um atendimento diferenciado que favoreça a aprendizagem e o relacionamento social.

Em se tratando de Educação Inclusiva deve-se extinguir qualquer possibilidade de preconceito.

MATERIAL E MÉTODOS

Para realizar uma pesquisa em educação é preciso compreender a essência de uma pesquisa qualitativa e quantitativa. A primeira “defende a ideia de que, na produção de conhecimento sobre os fenômenos humanos e sociais, interessa muito mais compreender e interpretar seus conteúdos que descrevê-los” (TOZONI-REIS, 2009, p. 15). Enquanto a quantitativa considera, essencialmente, os dados visíveis e concretos sem aprofundar em conteúdos não aparentes. Assim, pode-se afirmar que as duas abordagens podem se complementar.

Neste trabalho realizou-se uma pesquisa envolvendo as duas abordagens - qualitativa/quantitativa - para coletar e analisar dados em relação a avaliação das aprendizagens de estudantes com necessidades especiais observando as aspectos comuns e divergentes nas opiniões de professores sobre essa temática. Assim, pode-se ter uma visão mais ampla do trabalho que os professores vêm realizando para se analisar a percepção destes aos instrumentos de avaliação aplicados. É importante ressaltar que a abordagem quantitativa está relacionada com a escolha do instrumento utilizado na realização do presente trabalho.

Para realização dessa pesquisa foi elaborado um questionário com o objetivo de levantar a percepção de professores de uma escola privada da Rede de Ensino do Distrito Federal em relação aos instrumentos de avaliação da aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais. Participaram deste estudo 12 professores atuantes ensino fundamental – anos iniciais que, de alguma forma, trabalham com alunos que precisam de ensino diferenciado.

A escola onde a pesquisa foi realizada, de acordo com o projeto político pedagógico, tem por objetivo propiciar aos alunos uma educação humana e cristã e, de acordo com as leis de ensino, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua preparação básica para o trabalho.

Inicialmente o questionário levantou dados sobre o perfil dos professores participantes da pesquisa em relação à idade, sexo, formação acadêmica, tempo de atuação profissional e participação em eventos. Todas as professoras participantes da pesquisa são mulheres, 50% com idade até 30 anos, 25% entre 31 e 35 anos e 25% entre 36 e 40 anos. A todas as professoras são graduadas - Pedagogia e Letras – Português/Espanhol); e destas 83,33% são especialistas - Psicopedagogia, Neuropedagogia, Psicanálise, Docências do Ensino Superior, Alfabetização e Letramento.

As professoras selecionadas para participar da pesquisa desenvolvem atividades de regência em turmas inclusivas. As crianças com necessidades especiais dessas turmas apresentam dislexia, transtorno do déficit de atenção com

hiperatividade (TDAH), Mielomeningocele, transtorno opositor desafiador, síndrome desexecutiva e deficiência auditiva.

A segunda parte do questionário foi composta por quatro perguntas abertas. As questões do questionário tinham como objetivo levantar os instrumentos utilizados para avaliar seu estudante com necessidades especiais; verificar a adequação dos instrumentos de avaliação utilizados pelos professores a necessidade do estudante; identificar a percepção dos professores acerca da eficácia dos instrumentos de avaliação utilizados.

RESULTADOS

As questões abertas do questionário privilegiaram aspectos relacionados à percepção dos professores quanto aos instrumentos de avaliação da aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais.

Na primeira questão as professoras foram questionadas sobre os instrumentos utilizados para avaliar seu estudante com necessidades especiais. Dos dados coletados, 8,3% das professoras utiliza atividades, testes e dinâmicas de grupo para avaliar seus alunos com necessidades especiais; 25% fazem avaliações adaptadas e observam a participação e a evolução dos alunos ao longo do ano; 25% avaliam através de exercícios e provas adaptadas bem como conversas sobre os conteúdos estudados e também, acompanhamento do desenvolvimento do estudante; 25% escolhem os instrumentos avaliativos de acordo com as possibilidades do aluno, 8,3% utilizam atividades lúdicas e exercícios realizados no cotidiano como instrumentos avaliativos e 8,3% das professoras que responderam ao questionário utilizam avaliações orais.

Na segunda questão foi perguntado sobre a adequação dos instrumentos de avaliação utilizados com os estudantes com necessidades especiais para aferir sua aprendizagem. Aqui 50% das professoras consideram adequados os instrumentos avaliativos que utilizam. Essas professoras ressaltaram que o apoio, o carinho e a atenção do professor como fundamentais para a prática docente e que a avaliação é processual e deve ser aplicada de acordo com as dificuldades dos alunos estando o educador sempre inovando a forma como irá avaliar. Em relação as que não consideram adequados os instrumentos utilizados pode-se afirmar que são 50% e que além dessa percepção consideram fundamental a capacitação dos profissionais uma vez que existem vários instrumentos adequados, mas nem sempre são utilizados, indicam que os instrumentos já utilizados devem ser revistos não apenas para os estudantes com necessidade especial e sim para todos os alunos e enfatizam que a forma tradicional de avaliar não considera os limites e potencialidades desses estudantes.

A terceira questão investigou a percepção das professoras sobre a finalidade da avaliação. Com base nos dados coletados, 50% das professoras consideram que a avaliação tem como função acompanhar o processo de aprendizagem dos estudantes, detectando as dificuldades e avanços bem como avaliar a sua prática docente identificando estratégias e metodologias bem ou mal

sucedidas; 33,4% consideram que a avaliação é a maneira que o educador tem de perceber o quanto o aluno assimilou do conteúdo trabalhado e se alcançou os objetivos esperados; 8,3% consideram que a avaliação é a maneira de verificar o desenvolvimento dos alunos, porém ela sozinha não basta, pois a avaliação é um processo contínuo e para 8,3% das professoras que responderam ao questionário, a avaliação tem por finalidade observar as competências e habilidades dos estudantes e ainda, enfatizam que a avaliação não é o fim e sim o meio para o estudante desenvolver seus conhecimentos.

Na quarta questão foi investigada a percepção das professoras em relação às metodologias avaliativas utilizadas e sua contribuindo para promover a inclusão. De acordo com os dados coletados, 83,33 % dos professores acreditam que a metodologia de avaliação que utiliza tem promovido a inclusão de seus alunos com necessidades especiais, pois os métodos avaliativos são adaptados para verificar o que o estudante já aprendeu e o que ele ainda pode aprender, sendo esta aplicada de forma contextualizada; 8,3% acreditam que as metodologias não contribuem totalmente para promover a inclusão, porém enfatizam que para as crianças regulares, conviver com crianças com necessidades especiais é positivo, pois as engrandece como seres humanos e para as crianças especiais as ajuda a superar suas limitações e 8,3% das professoras não apresentam discordância ou concordância em relação à questão, mas indicam que as atividades lúdicas fazem com que os estudantes se sintam mais socializados.

DISCUSSÃO

A educação inclusiva vem ganhando espaço no sistema educacional e, com base nos dados coletados na pesquisa com professoras de uma escola da rede privada do Distrito Federal, pode-se perceber que em relação aos instrumentos utilizados para avaliar os alunos com necessidades especiais são utilizados diversos instrumentos não havendo uma forma única de avaliação. Assim, pode-se inferir que algumas professoras superaram uma visão tradicional em relação aos instrumentos de avaliação, pois estão preocupadas em promover a aceitação social e a aquisição de aprendizagens, considerando as limitações dos alunos ao utilizar materiais adaptados, acompanhamento o desenvolvimento ao longo do tempo em conversas sobre os conteúdos estudados como meio investigação do aprendizado do aluno, como declara a Professora C:

Busco utilizar todos os meios possíveis, oportunizando aos estudantes poderem se expressar da maneira que é para eles. Assim, posso avaliá-los conforme suas possibilidades.

Pode-se perceber então que a escolha dos instrumentos avaliativos é dada conforme as possibilidades dos alunos, conforme apresentado por Hoffmann (2007), pois o caminho da aprendizagem deverá considerar o único, singular e a vida da cada um.

Em relação à adequação dos instrumentos utilizados pelas professoras para aferir a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, pode-se perceber que não houve consenso, pois 50% confirmaram a adequação enquanto 50% afirmou que estes não são adequados. Porém, mesmo as que consideram os instrumentos adequados indicam que há uma preocupação em se fazer presente na prática docente uma avaliação processual e contextualizada, pois o educador deve ser capaz de inovar a forma como irá avaliar, conforme aponta a Professora L:

Considero os instrumentos adequados, porém, cabe ao professor utilizá-los de forma correta ou construir meios que possibilitem o estudante alcançar conhecimento, ou seja, estar sempre aberto a inovar a forma como irá avaliar.

Assim, infere-se que apesar de parte professoras se sentirem preparadas para lidar com as individualidades de cada aluno, outra parte considera a importância da capacitação do professor para realizar avaliações adequadas e que favorecem a aprendizagem de alunos com necessidades especiais.

Acredito que os profissionais da área devem ter conhecimento para realizar tais avaliações, pois existem vários instrumentos adequados, mas nem sempre são utilizados da maneira correta. (PROFESSORA J)

Para Fonseca (1995 apud GLAT e NOGUEIRA, 2003, p. 5) a qualificação dos profissionais é determinante para se obter sucesso no processo inclusivo, pois uma boa formação deve sensibilizar ao professor em relação ao respeito as diferenças e atendimento às necessidades especiais nos aspectos cognitivo, cultural, social, dentre outros dos alunos. Esse conhecimento servirá como subsídio na elaboração dos objetivos a serem alcançados e escolha dos instrumentos avaliativos.

Portanto, os educadores precisam assumir o compromisso de promover a aprendizagem dos seus alunos e também a educação inclusiva.

De acordo com as informações disponibilizadas pelas professoras quanto à percepção sobre a finalidade da avaliação pode-se afirmar que 50% das educadoras reconhecem as reais finalidades da avaliação como detectar as dificuldades e avanços na aprendizagem dos alunos como também avaliar a prática docente identificando as melhores e piores estratégias e metodologias utilizadas conforme declara a professora G:

A finalidade da avaliação é acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos permitindo identificar estratégias bem e mal sucedidas, bem como avanços e dificuldades de modo a reorganizar as atividades pedagógicas.

Já 33,4% consideram que a avaliação é a forma do professor perceber o quanto o aluno assimilou do conteúdo estudado e se o mesmo atingiu os objetivos

esperados. Essa concepção de avaliação é relevante, porém, a finalidade da avaliação é mais complexa, pois de acordo com as reflexões de Hoffmann (2007), a intenção do processo avaliativo deve observar “o aprendiz, analisar e compreender suas estratégias de aprendizagem e tomar decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo”. (HOFFMANN, 2007, p. 14). Assim, não há avaliação sem que haja intervenção do professor.

Para 8,3% das professoras a avaliação escrita acompanha o desenvolvimento dos estudantes, entretanto ela sozinha não basta, pois a avaliação é um processo contínuo. Essa visão da avaliação nos dá indícios de um processo de avaliação formativa, pois esta é entendida como “aquela que tem como propósito a modificação e a melhora contínua do aluno que se avalia; quer dizer, que entende que a finalidade da avaliação é ser um instrumento educativo que informa e faz uma valoração do processo de aprendizagem, seguido pelo aluno, com o objetivo de lhe oportunizar, em todo momento, as propostas educacionais mais adequadas” (ZABALA, 1999). E, por isso, também se torna importante avaliar de diversas maneiras.

Por fim, 8,3 % das professoras consideram que a avaliação tem a função de observar as competências e as habilidades dos estudantes e enfatizam que a avaliação não é um fim, mas um meio que o aluno tem de desenvolver seus conhecimentos. Essa visão da avaliação corrobora a perspectiva de que esta deve possibilitar a compreensão das dificuldades do estudante, bem como apontar o caminho para aquisição de novas aprendizagens. (HOFFMANN, 2006) Vale ressaltar que as observações em relação aos processos de aprendizagem dos estudantes precisam ser registradas por meio de relatórios, diários de classe.

Ressalta-se ainda que o professor ao identificar as competências dos alunos – objetivos que estes podem alcançar, isto é, “capacidade do sujeito mobilizar recursos visando abordar e resolver situações complexas” (MORETTO, 2008, p.70) – e as habilidades – o que os alunos sabem fazer, como eles sabem resolver as situações complexas, ou seja, as habilidades que precisam desenvolver para solucionar a situação complexa. (MORETTO, 2008) – deve considerar suas limitações.

Assim, fundamentado nos dados coletados, infere-se que a maioria das professoras entrevistadas considera a avaliação como uma possibilidade de acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes, não caracterizando uma prática autoritária. Para Luckesi (2008), nas pedagogias preocupadas com a transformação, o modelo de avaliação deve privilegiar a participação de todos considerando que nas escolas convivem alunos com uma diversidade de contextos.

De fato, as professoras têm consciência de que, tratar a questão da avaliação é fundamental para promover a inclusão e também, que avaliar é uma maneira de potencializar o conhecimento do aluno e não apenas classificá-lo, conforme apresenta a Professora H:

A avaliação é muito importante, desde que não seja utilizada só para classificar e sim seja avaliado todo o processo de construção da aprendizagem.

Em relação à percepção dos professores sobre os instrumentos avaliativos utilizados na educação inclusiva, 88,33% consideram que as metodologias utilizadas têm contribuído para a inclusão de seus alunos com necessidades especiais, ressaltando a importância de aplicar as metodologias avaliativas de forma contextualizada, ou seja, adaptando de acordo com as potencialidades e partindo do conhecimento de cada estudante para avaliar o que ele aprendeu e o que ele pode aprender. Nesse sentido a Professora D declara:

É necessário partir do conhecimento de cada estudante para avaliar o que ele aprendeu e ainda pode aprender.

Para Luckesi (2008), avaliar a aprendizagem deveria considerar as respostas emitidas pelos estudantes de modo que se identifiquem estratégias que ajudem o aluno alcançar os objetivos educacionais propostos. Para ele, o erro não deve ser castigado e sim considerado como uma “ponte” para a aprendizagem.

No entanto, parte das professoras pesquisadas acredita que os instrumentos de avaliação utilizados na escola não propiciam a inclusão, sendo esta promovida pela interação dos alunos regulares com os alunos com necessidades especiais, como comprova a afirmação da professora E:

(a avaliação) Promove em partes. Porém para as crianças regulares conviver com crianças inclusivas as engrandece como seres humanos. Para as crianças inclusivas, estudar no Ensino Regular contribui para superar suas limitações.

Para Hoffmann (2007), a inclusão na educação é tratada como uma questão de justiça, ou seja, igualdade de direitos, em contrapartida, se o professor avaliar da mesma forma pode-se promover a exclusão. A diversidade e as necessidades individuais devem ser valorizadas garantindo o direito à aprendizagem. O professor deve ser capaz de perceber como cada estudante aprende e o avaliar de acordo com suas possibilidades físicas, emocionais e cognitivas.

Em 8,3% dos questionários as professoras não manifestaram sua opinião sobre a relação avaliação/inclusão, mas indicaram outros aspectos promotores de inclusão, tais como a inserção de atividades lúdicas.

Com jogos e atividades diferenciadas, os estudantes sentem-se mais socializados (PROFESSORA I).

Nesse sentido, pode-se inferir que as professoras, de modo geral, se preocupam em fazer com que os estudantes com necessidades especiais se sintam capazes de aprender e também motivados e incluídos em suas classes.

Destaca-se, porém, que os resultados relacionados aos instrumentos utilizados e sua contribuição para a inclusão apresentam uma discrepância, pois ao mesmo tempo em que 50% das professoras consideram inadequados os instrumentos avaliativos que utilizam 83,33 % acreditam que a metodologia de avaliação promove a inclusão.

Isso reflete a complexidade do processo avaliativo e, de certa forma, demonstra a necessidade de uma formação continuada em relação à avaliação de alunos com necessidades especiais, pois as participantes consideram os instrumentos avaliativos utilizados inadequados apesar de acreditam estarem promovendo a inclusão. Porém, ressalta-se que

[...] a avaliação pode ser considerada como uma estratégia de ensino que permite reconhecer as teorias infantis e as hipóteses formuladas pelos alunos, os erros construtivos que cometem na resolução das tarefas e, em geral, os saberes previamente aprendidos. Tudo isto facilita as intervenções pedagógicas do docente, dado que possibilita o ajustar de estratégias didáticas às possibilidades de aprendizagem dos alunos e à complexidade do objeto de conhecimento (BOGGINO, 2009, p. 80).

Portanto, instrumentos avaliativos e estratégias de ensino caminham juntos na promoção da inclusão e aprendizagem de estudantes com necessidades especiais.

CONCLUSÃO

A avaliação se faz necessária na prática docente, pois é a partir dela que o professor deve orientar o trabalho a ser realizado. Desse modo, desde a preparação dos objetivos de ensino o educador já deverá pensar o que será avaliado, uma vez que a avaliação não deve ser considerada como uma formalidade ou uma exigência da instituição de ensino. Assim, valoriza-se a avaliação comprometida com a transformação social, aplicada de forma contextualizada, utilizando instrumentos adequados, isto é, capazes de identificar as dificuldades e avanços dos estudantes.

Na educação inclusiva o professor necessita estar capacitado a atender e respeitar as necessidades do aluno tanto para promover a inserção desse estudante na classe regular quanto para a aquisição de aprendizagens.

Diante disso, pode-se perceber que a maioria das professoras entrevistadas superou a visão da avaliação tradicional promovendo um processo avaliativo tanto formal quanto informal. Além disso, a avaliação se dá de forma processual e contínua, o que caracteriza uma avaliação formativa que propicia a inclusão dos estudantes com necessidades especiais no processo pedagógico.

Em relação aos objetivos da pesquisa, não foi possível ter uma percepção aprofundada devido os elementos disponibilizados através dos questionários. pode-se inferir que as professoras acreditam que os instrumentos de avaliação da aprendizagem utilizados promovem a inclusão dos estudantes com necessidades

especiais, pois os instrumentos avaliativos são selecionados de acordo com as potencialidades dos estudantes, realizam avaliação formal e informal e considera-se o acompanhamento do desenvolvimento do estudante.

Além disso, as professoras demonstraram ter consciência com relação à importância da formação continuada para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com estudantes com necessidades especiais, uma vez que é preciso saber utilizar os instrumentos avaliativos, de modo que potencialize a aprendizagem dos estudantes e não apenas conhecer.

Desse modo, propõe-se que novas pesquisas sejam realizadas, a fim de se ter um conhecimento mais aprofundando da diversidade que o educador deve ser capaz de lidar, identificando metodologias favoreçam a aprendizagem e a construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BARLOW, M. **Avaliação escolar: mitos e realidade**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BOGGINO, N. A avaliação como estratégia de ensino: avaliar processos e resultados. **Revista de Ciências da Educação, Unidade de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa**. V.5 Avaliação em Educação: Perspectivas Ibero-Americanas, n 9, 2009. p. 80 Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=23&p=80> Acesso em: 26 de out. 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 27 de setembro de 2011

_____. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Brasília, DF, 2001.

_____. LEI nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm. Acesso em: 27 de setembro de 2011

FREITAS, L.C. et al. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

GLAT, R; NOGUEIRA. M.L.L., 2003, **Políticas Educacionais e a Formação de Professores para a Educação Inclusiva no Brasil** Disponível em:

http://itaipulandia.pr.gov.br/educacao/educacao_especial/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva/educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva.pdf Acesso em: 26/09/2011

HOFFMANN, J. **O Jogo do Contrário em avaliação**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

_____. **Avaliação: Mito e Desafio: Uma Perspectiva Construtivista**. 18ª Ed. P. Alegre: Mediação, 1996.

LUCKESI, C.C. Avaliação da Aprendizagem na Escola e a Questão das Representações Sociais. **Eccos Revista Científica**, v. 4, n. 02, São Paulo: Universidade Nova de Julho, 2002. p. 79-88 Disponível em: http://www.luckesi.com.br/textos/art_avaliacao/art_avaliacao_eccos_1.pdf Acesso em: 11/09/2011

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MORETTO, Vasco Pedro. **Planejamento: Planejando a educação para o desenvolvimento de competências**. 2. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2008.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANT'ANA, Ilzabella, M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 02, Maringá, mai/ago 2005. p. 227-234 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09.pdf> Acesso em: 26/09/2011

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Curitiba: Mult-graphic, 2009. 180 p.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Deficiente. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Defici%C3%Aancia> > Acesso em: 17/11/2011

_____. Dificuldade de Aprendizagem. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Dificuldades_de_aprendizagem> Acesso em: 17/11/2011

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação da Aprendizagem - Práticas de Mudança: por uma práxis transformadora**. São Paulo: Libertad, 2003.

ZABALA, Antoni. **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula**. Editora Artmed: Porto Alegre, 1999.

Apêndice



Curso de Pedagogia

Prezado Professor.

Gostaria de contar com a sua contribuição respondendo a este questionário que tem por objetivo conhecer a sua percepção em relação aos instrumentos de avaliação utilizados na Educação Inclusiva. Esta é uma atividade complementar do Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Católica de Brasília. Agradeço pela disponibilidade em responder as questões abaixo e ressalto que os dados coletados serão de utilização exclusivamente para o desenvolvimento da pesquisa.

Atenciosamente,
Marcella B. Castro

Sexo:

Feminino

Masculino

Idade:

Até 30 anos

31 à 35 anos

36 à 40 anos

Mais de 41 anos

Formação Acadêmica (pode marcar mais de uma alternativa):

Graduação. Curso: Psicopedagogia e Orientação Educacional

Especialização. Curso: Orientação Educacional – Ensino Especial

Mestrado. Curso: _____

Doutorado. Curso: _____

1. Quais instrumentos você utiliza para avaliar seu estudante com necessidades especiais?

2. Você considera os instrumentos de avaliação utilizados com os estudantes com necessidades especiais adequados para aferir sua aprendizagem?

3. Para você qual a finalidade da avaliação?

4. As metodologias avaliativas que você utiliza têm contribuindo para promover a inclusão desses estudantes?
